

Publique-se no Diário da  
República.

1 / 3 / 06

O Chefe do Gabinete.

## DESPACHO

O ordenamento jurídico da formação de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário prevê a qualificação profissional de diplomados possuidores de habilitação científica para a docência da respectiva área ou especialidade mediante a frequência, com aproveitamento, de um curso adequado de formação pedagógica.

Apesar deste quadro legal, continua a existir no sistema de ensino um significativo número de professores com conhecimentos científicos adequados à docência, e larga experiência profissional, cujas expectativas de ingresso na carreira têm sido frustradas devido à falta de qualificação profissional.

Com o intuito de enquadrar esta situação, o despacho conjunto nº 74/2002, publicado na 2ª série do Diário da República, de 26 de Janeiro de 2002, veio reconhecer, para efeitos de concurso, a formação adquirida através da realização do curso de qualificação em Ciências da Educação, sem necessidade de proceder à obtenção do lugar de quadro.

Por outro lado, no processo de selecção e recrutamento de docentes objecto do Decreto-Lei nº 20/2006, de 31 de Janeiro, releva a habilitação profissional, admitindo-se, apenas, e transitoriamente, a candidatura a indivíduos portadores de habilitação própria para a docência.

Considerando que a estabilidade, o nível de formação e a experiência dos professores constituem determinantes de uma escola de qualidade, facilitadora do sucesso dos alunos, resulta necessário que da conjugação entre este interesse público e o interesse dos particulares se considere a aplicação temporária do mecanismo de profissionalização em serviço para os professores contratados que sejam portadores de habilitação própria e detenham significativa experiência docente.

Assim, determino:

1. É permitido o acesso à profissionalização em serviço por parte dos professores que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos:
  - a) Sejam titulares de habilitação própria para a docência, nos termos da legislação aplicável;
  - b) Possuam, pelo menos, cinco anos completos de serviço docente efectivo;
  - c) Celebrem nos termos do nº 1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 20/2006, de 31 de Janeiro, e para o ano escolar 2006/2007, contrato administrativo de serviço docente com o Ministério da Educação, ao abrigo da Portaria nº 367/98, de 29 de Junho, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 1046/2004, de 16 de Agosto, em horário igual ou superior a oito horas lectivas, com efeitos a 1 de Setembro.





2. Para efeitos de profissionalização em serviço, releva quer a colocação em horários completos, quer em horários incompletos, nos termos seguintes:
  - a) Os docentes colocados em horário completo, nos termos dos nºs 2 e 3 do artigo 77º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei nº 139-A/90, de 28 de Abril, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei nºs 105/97, de 29 de Abril, 1/98, de 2 de Janeiro, 35/2003, de 27 de Fevereiro, e 121/2005, de 26 de Julho, verão o seu horário lectivo semanal reduzido em seis horas;
  - b) Os docentes colocados em horários iguais ou superiores a oito horas lectivas verão o total de horas aumentado até seis horas semanais, tendo em conta o limite imposto pelos nºs 2 e 3 do artigo 77º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, de acordo com os anexos I e II, os quais fazem parte integrante do presente despacho;
  - c) Para os docentes abrangidos por este número, a remuneração será processada em função do horário de colocação, relevando as horas atribuídas nos termos da alínea anterior, apenas, para efeito de contagem de tempo de serviço.
3. O disposto no número anterior é ainda aplicável aos docentes abrangidos pelo Despacho nº 6365/2005 (2ª série), publicado no Diário da República, nº 59, de 24 de Março, colocados em horário igual ou superior a 12 horas lectivas.
4. Os professores que reúnam os requisitos constantes do nº 1 serão chamados pelo Ministério da Educação a realizar a componente de formação em ciências da educação, correspondente ao 1º ano da profissionalização em serviço, regulada pelo Decreto-Lei nº 287/88, de 19 de Agosto, na redacção dada pelos Decretos-Leis nºs 345/89, de 11 de Outubro, 15-A/99, de 19 de Janeiro, e 127/2000, de 6 de Julho, ficando abrangidos pelo correspondente regime jurídico.
5. São dispensados da profissionalização em serviço os professores portadores de habilitação própria para a docência, opositores ao concurso para selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, para o ano escolar 2006/2007, desde que, em 31 de Agosto de 2007, se encontrem numa das seguintes situações:
  - a) Tenham 45 anos de idade e 10 anos de efectivo serviço docente;
  - b) Possuam 15 anos de efectivo serviço docente.
6. Para os docentes dispensados da profissionalização, no âmbito do número anterior, a graduação profissional é determinada nos termos do nº 4 do artigo 68º do Decreto-Lei nº 20/2006, de 31 de Janeiro, considerando-se a dispensa realizada no grupo de docência em que celebraram o último contrato, com habilitação própria, produzindo efeitos a 1 de Setembro de 2007.
7. Os grupos de docência a que se refere o número anterior, considerem-se reportados aos grupos de recrutamento previstos no Decreto-Lei nº 27/2006, de 10 de Fevereiro.



8. O presente despacho produz efeitos, apenas, no âmbito do concurso para selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, aberto pelo Aviso nº 2174-A/2006, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 35, de 17 de Fevereiro de 2006.

Em 28 de Fevereiro de 2006.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Valter V. Lemos', is written over a horizontal line.

(Valter Victorino Lemos)





## ANEXO I

Componente lectiva do pessoal docente do ensino secundário, desde que prestada na totalidade neste nível de ensino (nº 3 do artigo 77º do ECD)			
Número de horas lectivas obtidas em função da colocação	Redução efectiva de horas, nos termos do nº 1 do artigo 36º, do Decreto-Lei nº 287/88	Horas acrescentadas, nos termos da al. b), do nº 2	Total de horas para efeito de contagem de tempo de serviço
8	0	6	14
9	0	6	15
10	0	6	16
11	0	6	17
12	0	6	18
13	0	6	19
14	0	6	20
15	1	5	20
16	2	4	20
17	3	3	20
18	4	2	20
19	5	1	20
20	6	0	20

## ANEXO II

Componente lectiva do pessoal docente dos 2º e 3º ciclos do ensino básico (nº 2 do artigo 77º do ECD)			
Número de horas lectivas obtidas em função da colocação	Redução efectiva de horas, nos termos do nº 1 do artigo 36º, do Decreto-Lei nº 287/88	Horas acrescentadas, nos termos da al. b), do nº 2	Total de horas para efeito de contagem de tempo de serviço
8	0	6	14
9	0	6	15
10	0	6	16
11	0	6	17
12	0	6	18
13	0	6	19
14	0	6	20
15	0	6	21
16	0	6	22
17	1	5	22
18	2	4	22
19	3	3	22
20	4	2	22
21	5	1	22
22	6	0	22